



Marcos Freire alerta: regulamentação do sistema financeiro não é objeto da Constituição

Amato e Leite propõem limite à ação do Estado

A necessidade de se limitar de forma eficaz a intervenção do Estado na economia foi a principal reivindicação feita pelos seis expositores convidados para a primeira sessão de audiências públicas realizada ontem à tarde na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

Presidida pelo deputado Deifim Neto (PDS-SP), a sessão começou com a exposição do ex-ministro das Minas e Energia do governo do general Médici, Antonio Dias Leite. Ele defendeu a presença do Estado em setores específicos como o de siderurgia, com Volta Redonda, e de mineração, como a Vale do Rio Doce, que na opinião do ex-

ministro, são consideradas empresas estatais que deram certo. No entanto, ressaltou que o Governo cometeu exageros em liberar a proliferação das empresas estatais, aumentando os processos de regulamentação que, hoje, constituem um entrave para a livre iniciativa.

parte de capitulo da Constituição, como será feito agora no Brasil, e por isso é importante que os constituintes tomem precauções para que a regulamentação da matéria não se estenda além do necessário e que deve ser objeto de lei federal ordinária. % Essa é a opinião do presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Marcos Freire, defendida ontem durante sua exposição perante a Subcomissão do Sistema Financeiro da Constituição. Segundo Freire, "nós não devemos estar nem tanto ao mar, nem tanto a terra", quanto a inclusão ou não da matéria no texto constitucional, devendo a nova Carta estabelecer, apenas, certos parâmetros, deixando o ordenamento da matéria para lei ordinária.

Homossexuais lutam por espaços

As minorias estão dispostas a lutar para garantir o seu espaço na Constituição. Há alguns dias foram os índios que tomaram conta do Congresso e fizeram até pajeira. Agora, são os homossexuais que pretendem agitar a Constituição para reivindicar os seus direitos. Amanhã, às 17h, o Grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, estará na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias.

comissão que têm procurado discutir o problema com a participação de sociólogos e antropólogos.

principalmente para serem aceitos pela sociedade. A presidente da Federação Nacional da Sociedade Pestalozzi criticou o Governo dizendo que atualmente ele assume apenas 20 por cento da educação especial. Segundo ela, a preocupação maior deve ser voltada para o ingresso do deficiente no mercado de trabalho.

"Justiça é lenta e cara"

Lenta, cara, sem responsabilidade social, legítima e desaparelhada. Estes foram alguns dos adjetivos utilizados ontem para definir a justiça brasileira pelo professor José Joaquim Calmon de Passos, da UFPA, ao depor perante a Subcomissão do Poder Judiciário.

Na opinião do professor baiano, o Judiciário brasileiro não está habilitado ao exercício da democracia e se enquadra mais no regime autoritário vivido pelo País nos últimos vinte anos. "Se pretendemos aparelhar o Brasil para o futuro, fazendo o Brasil para os brasileiros e não apenas para os coronéis de todos os feitios, devemos reformar o Judiciário desde as suas bases, já que o existente é de todo impressionante".

Sociedade deve censurar a T

O direito da sociedade controlar a programação veiculada através dos meios de comunicação, inclusive por meio de organismos de censura, foi o tema mais debatido na sessão de ontem da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. Na palestra sobre "A influência dos meios de comunicação na família", o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ) manifestou-se contrário a qualquer espécie de censura, com a argumentação de que este trabalho deve ficar a cargo das empresas e dos profissionais de comunicação, mas alguns deputados defenderam o direito da família censurar o que vai ser jogado compulsoriamente dentro da sua casa.

Depois, salientou que a família não está preparada para este contato com os meios de comunicação, assim como estes meios não precisam da família, "porque são filhos do capital". Em seguida, passou a questão mais polêmica: a criação de mecanismos de controle dos meios pela sociedade. Colocou-se contra qualquer forma de censura do Estado: "Não será entregue a questão à subjetividade do censor que vamos construir uma sociedade democrática. A censura deve ser feita pela empresa e pelos profissionais do setor".

koski (PMDB/PR) reagiu, afirmando que, "hoje, temos o domínio da comunicação sobre a escola e a família". Defendeu, então, a criação de um conselho ético, que seria a forma jurídica de estabelecer a responsabilidade dos proprietários dos meios de comunicação. O deputado Elieir Rodrigues (PMDB/PA) concordou com a ideia, salientando que é contra a censura política, mas favorável a um controle dos meios de comunicação no aspecto social.

Para modernizar a justiça Calmon dos Passos propôs à subcomissão a institucionalização do controle externo para a magistratura, que passaria a ser responsável sempre que não cumprisse as suas funções constitucionais. Ele também entende que as formas de organização do Judiciário devem ser regulamentadas por legislação ordinária, para evitar a perpetuação de sua estrutura pelo arcabouço constitucional.

"Tendo em vista a extrema diversidade das tarefas confiadas à Justiça a flexibilidade organizacional poderia proporcionar a existência de juizes monocráticos ou colegiados, titulares de cargos isolados ou estruturados em carreira, leigos ou togados, municipais, estaduais ou federais, entre outros".

TRIBUNAL

A criação de um Tribunal Constitucional, com poderes para fiscalizar o cumprimento das normas inscritas na Carta Magna, foi defendida ontem pelo professor Lamartine Corrêa de Oliveira, da UFPR. A nova Corte, que reuniu praticamente a unanimidade dos presentes nos dois últimos congressos nacionais da OAB, teria seus membros eleitos pelo Poder Legislativo, compondo-se de um terço de magistrados e dois terços de juristas de notório saber, para mandatos de nove anos.

Artur da Távola fez uma palestra improvisada, mas conseguiu polemizar muito em torno do assunto. Começou lembrando os avanços dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão, que ganhou as ruas, a partir da década de 50, e trouxe a realidade do País até os lares. Diante disso, acrescentou, "a família perdeu a tutela exclusiva no processo de formação da sociedade. Passou a dividir isto com os meios de comunicação".

Em seguida, o presidente da subcomissão, Nelson Aguiar (PMDB/ES), deu início ao debate, defendendo o direito da sociedade controlar o que é veiculado pelos meios de comunicação. Contestando Artur da Távola, lembrou que "o Estado deve ser um instrumento na mão da sociedade, para que o homem possa alcançar seus objetivos". O conferencista respondeu prontamente: "Se criamos uma censura forte, com base no respeito moral, esta força acaba na censura política, uma fase do País da qual acabamos de sair".

Já o deputado Flávio Parmier (PMDB/RJ) foi mais radical, afirmando que "não há programas preocupados com a defesa da família, do lar e da cultura. Artur da Távola respondeu com ironia, lembrando a teoria do confronto entre os apocalípticos e os integrados, os apocalípticos seriam "aqueles que vêm nos meios de comunicação o fator de destruição dos valores da família. Já os integrados, entre os quais me incluo, não vêm estes meios como onipotentes. Está provado que estes meios não são potentes no sentido de formar convicção. Apenas reforçam uma convicção já existente".

Reforma agrária pode ter fundo

A criação do Fundo Nacional de Reforma Agrária, com dotação orçamentária de no mínimo 3 por cento da receita prevista no orçamento da União, é um dos itens da proposta constitucional a ser apresentada hoje pelo deputado Francisco Salles (PMDB/RO). De acordo com a proposta, os limites à extensão da propriedade rural deverão ser fixados em lei, segundo as regiões e as zonas agrícolas. "objetivando a eliminação do latifúndio e a reconstituição das unidades produtivas,

dando prioridade às pequenas e médias propriedades".

resse social, para fins de reforma agrária, deve sempre ser encarada "como sanção àquele que não utiliza a sua propriedade tendo como princípio a função social".

Já o professor Roberto de Araújo Santos, juiz do Trabalho do Pará, criticou a tese de criação do Tribunal Constitucional para defender a reforma do STF, mediante a escolha de novos membros a partir de critérios individualizados de avaliação pelo Presidente da República e pelo Senado. A sua proposta é destinar nove vagas do STF para indicações pessoais do chefe da Nação, enquanto as oito restantes estariam reservadas a magistrados de carreira submetidos à aprovação pelo Senado.

O petróleo (ainda) é nosso

BOCAYÚVA CUNHA*

Peios idos da primeira metade da década de 50, sob a égide do governo nacionalista do presidente Vargas, o Brasil foi sacudido por uma intensa campanha de mobilização popular, de dimensão superior mesmo à mobilização das diretas, a de "O Petróleo é Nosso".



Em verdade, essa memorável campanha, da qual participei ativamente, tinha os seus antecedentes históricos: em pleno Estado Novo, em abril de 1938, Getúlio Vargas promulgou o Decreto-Lei 395, que declarava "de utilidade pública a importação, exportação, transporte, refinação e comércio de petróleo e derivados", estendendo, também, à indústria de refino a condição de exploração exclusiva pelo Estado ou por grupos empresariais formados e dirigidos exclusivamente por brasileiros natos.

Com a criação da Petrobrás, resultado da campanha acima citada e com esses antecedentes do nacionalismo petrolífero da era Vargas, desmistificaram-se algumas posições que valem ser salientadas: a) desmistificou-se a grande mentira do Relatório Link, onde um graduado técnico do governo norte-americano, depois de uma agitada tournée pelo território nacional garantiu de forma peremptória: "No Brasil não tem petróleo"; b) desmistificou-se a lenda segundo a qual uma empresa estatal do setor, no Brasil, não vingaria e "não passaria de mais uma brás qualquer"; c) desmistificou-se certo setor da burguesia industrial e financeira, além de grande parte da imprensa conservadora, de que empresa estatal da área petrolífera, inevitavelmente, não teria recursos nem técnicos nem humanos para concorrer com as grandes similares internacionais.

Não só a Petrobrás deu certo, englobando sob sua sigla uma gama de empresas subsidiárias atuando desde a mineração até a produção de fertilizantes, como passou a ser a maior empresa deste país, rentável, promissora e respeitada no cenário internacional, figurando — inclusive — no rol das maiores do mundo.

Após a queda do presidente João Goulart, de quem tive a honra de ser o líder na Câmara dos Deputados, e a quem aquela empresa muito deve em termos de reequipamento e modernização, os governos militares, que se sucederam, trataram a estatal do petróleo de forma ambígua e duvidosa.

Já no início da década de 70, na fase mais negra do regime militar, o então ministro de Estado das Minas e Energia, consoante com a orientação do Governo por ele integrado, chegou a apresentar proposta aos seus chefes militares no sentido de que fossem autorizados contratos similares aos existentes atualmente para a "exploração com cláusula de risco".

Em 1974, já após a criação da Braspetro — o braço externo da estatal petrolífera, o ministro Shigeaki Ueki, homem ligado ao general Ernesto Geisel, teve o cuidado de preparar sorrateira e criativa campanha de "popularização" da tese de que os contratos de risco eram do interesse nacional e extremamente vantajosos para o País.

O trabalho pequeno do Sr. Ueki, malgrado seus grandes esforços, foi brindado pela descoberta de reservas na bacia de Campos, o que — por si só — inibiu a continuidade da maldosa travessura entreguista daquele ex-ministro...

Todavia, com os rompantes de autoritarismo que o caracterizam, o general Ernesto Geisel tomou a iniciativa de quebrar o regime de monopólio estatal na área petrolífera, aproveitando um quadro internacional adverso (a crise petrolífera de 74/75) e pretendendo "a busca de novas fórmulas que possam promover o aumento de nossa produção".

Enquanto isso, sem discussão no Congresso Nacional, sem a participação da sociedade civil, com a total marginalização do corpo técnico da Petrobrás, o brilhante diplomata e notável causer Roberto Campos, então nosso embaixador na Corte de Saint James, exercitando a sua inegável capacidade de negociação e com a sua reconhecida coerência, tratava de entregar o tão disputado filão da exploração petrolífera para empresas multinacionais como a Shell e a British Petroleum, em reuniões onde o hoje senador por Mato Grosso encaminhava cartas-propostas e propagandeava a quebra do monopólio estatal no Brasil.

Roberto Campos, pelo menos, com a elegância que lhe é peculiar, tratava de citar Vargas Llosa ("O nacionalismo é uma revolta mediocre da geografia contra a história"), enquanto o general Geisel, num estilo mais prussiano, dava o assunto por encerrado ("Essa história de o petróleo é nosso é o Brasil precisa ser auto-suficiente em petróleo é uma baleia").

O extinto MDB, através do ex-senador Josaphat Marinho, foi aos tribunais admoestar o Governo Federal pelo atentado que perpetrara contra a soberania nacional. O ex-ministro Hélio Beltrão, que depois viria a ser presidente daquela empresa estatal, juntou sua voz à de juristas como Miguel Reale, Sílvio Neves Batista, Adilson Dallari e Hely Lopes Meirelles na condenação veemente do desatino do general Ernesto Geisel.

E enquanto os países-membros da Opep, por exemplo, tomavam medidas com o intuito de nacionalizarem cada vez mais a indústria petrolífera, o ministro César Cals tratava de determinar, por um telex no ano de 1979, que a Petrobrás aceitava contratos tipo production-sharing, além de reprimir manifestações de engenheiros, administradores e técnicos da empresa contra as aberrações que se praticavam.

A história desta tentativa vã e soez de entregar a mais rentável, mais organizada e mais bem-sucedida das empresas brasileiras — seja como estatal, seja comparada à iniciativa privada — não ficou só no que já relatamos. Muitos outros abusos foram praticados. E numa "Carta aos Constituintes", assinada pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás, a Aepet, bem como por 15 Sindipetros e pelo Stiep da Bahia, prefeiciada pela figura maior de Barbosa Lima Sobrinho, não só se conta a autêntica saga da nossa Petrobrás e do petróleo, que ainda é nosso, como se sugere à adoção de artigo na nova Carta Constitucional garantindo o monopólio estatal e vedando a entrega de nosso petróleo aos interesses alienígenas.

Da prisão de Monteiro Lobato, passando por nosso primeiro poço petrolífero no interior baiano, até a criação da empresa nacional de petróleo e a quebra do monopólio pelos incriveis contratos de risco, a história da luta encetada pelas forças progressistas é longa e densa.

E essa história, que se confunde com a história contemporânea do próprio povo brasileiro, não foi, não é e nem será escrita pelos mister Link e pelos contumazes entreguistas, pois ontem como hoje, apesar deles e de tudo, o petróleo ainda é nosso.

*Deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro

Computador facilita consulta de gaúchos

Porto Alegre — Os gaúchos terão, a partir de amanhã, um canal de comunicação permanente com a Assembléia Nacional Constituinte, através do qual poderão fazer pesquisas, acompanhar a apresentação de projetos e inclusive fazer sugestões às várias comissões constituintes. Os dois terminais de computadores instalados na Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na

denominada "sala da Constituinte", permitirão que todos os interessados tenham acesso a um acervo de livros, antigos e atuais, sobre o tema, bem como às Constituintes atuais e passadas, além de anteprojetos e propostas de partidos, juristas e entidades civis. As sugestões dos interessados serão recebidas em Brasília através do Serviço de Processamento de Dados do Senado, ao qual o sistema gaúcho estará ligado.